
Entre Bourdieu e Foucault: relações de poder nos campos político e comunicacional

João Somma Neto

Doutor em Jornalismo, Professor - DECOM/UFPR

Eduardo Covalesky Dias

Mestrando em Comunicação - PPGCOM/UFPR

Renata Caleffi

Mestranda em Comunicação - PPGCOM/UFPR

Resumo

Pesquisas sobre comunicação e política podem ser realizadas de distintas maneiras e com diferentes objetos empíricos, levando em conta teorias e hipóteses amplas. Entre essas possibilidades é plausível apresentar análises considerando relações entre ambas as esferas. Seguindo este pressuposto, o presente artigo volta-se à revisão bibliográfica a respeito das relações de poder e o conceito de poder simbólico partindo dos autores Michel Foucault e Pierre Bourdieu, com o intuito de oferecer alternativas para análises. A proposta é apresentar possíveis aproximações entre os autores, auxiliando pesquisadores que tenham interesse em tratar do campo das relações sociais para aprofundamento de seus trabalhos.

Palavras-chave: Comunicação. Política. Relações de poder.

Abstract

Research on communication and political can be performed in different ways and with different empirical objects, taking into account theories and broad assumptions. Among these possibilities is plausible present analyzes considering relations between both spheres. Following this assumption, this article turns to literature review about the power relations and the concept of symbolic power starting from the authors Michel Foucault and Pierre Bourdieu, in order to offer alternatives for analysis. The proposal is to discuss possible approaches among authors, helping researchers who are interested in dealing with the field of social relations to deepen its work.

Keywords: Communication. Politics. Power relations.

Introdução

A compreensão entre a forma como se institui e se exerce o poder na sociedade, bem como suas relações e implicações, podem auxiliar pesquisadores do campo da comunicação e da política a explicar diversos fenômenos sociais da contemporaneidade. Entre as referências importantes que trabalharam com o tema estão certamente Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Obras, trabalhos e estudos de ambos fundamentam variado número de pesquisas no intuito de entender mais a fundo os complexos campos da política e da comunicação. Embora muitas vezes haja preferência em se utilizar um ou outro autor, identificar e apreender as diferenças e as similaridades entre ambos pode auxiliar bastante no processo de observação e exame de fenômenos sociais relativos a áreas concernentes à comunicação e política. Em atenção a esse aspecto fundamental, separamos esta abordagem em três partes.

A primeira reúne elementos que permitem explicar, mesmo que de modo preliminar, a noção de poder e

de poder simbólico em Pierre Bourdieu. A segunda apresenta subsídios que permitem estabelecer certa delimitação de conceitos como microfísica do poder e o poder disciplinar estudados por Foucault.

Na terceira parte, finalizando este texto, são colocados alguns pontos considerados importantes, trabalhados pelos dois autores, que podem contribuir quando se procura um tratamento acadêmico para temas da comunicação e da política. As disparidades e as semelhanças são apresentadas para que possam ser articuladas e usadas no sentido de delimitar, com efetividade, qual a concepção de poder se coaduna com determinados tipos de estudos a serem realizados. Há possibilidades, evidentemente, de utilização de ambas, mas é preciso enfatizar que o emprego desses conceitos e pressupostos teóricos exige cuidadosa e clara compreensão dos mesmos e a devida explicação dos contextos e circunstâncias em que podem servir para elucidar a compreensão de determinado fenômeno social no âmbito comunicacional ou político.

O poder simbólico de Bourdieu

Historicamente, o conceito de poder simbólico proposto por Pierre Bourdieu é posterior à noção de microfísica do poder concebida por Michel Foucault. No entanto, os estudos do primeiro tornam-se mais

abrangentes em função de seus objetos de análise. Também, por considerar as relações de poder a partir de um ponto de vista macro, que pudesse fazer entender como os campos sociais são permeados de disputa por poder em torno de um capital simbólico.

É neste ponto que há a diferenciação mais importante entre os dois autores. Como veremos nas páginas posteriores, Foucault não identifica o poder como pertencente a algum dos lados, mas o localiza nas relações, por meio da disciplina. Bourdieu, por sua vez, vincula a prática do poder a duas variantes: o capital simbólico e o *habitus*, ambos localizados no interior dos campos sociais.

A noção de campo social é problematizada por Pierre Bourdieu, especialmente ao discutir o conceito de poder simbólico. O autor dá ao campo social o sentido de espaço de disputa e domínio de experiência por um viés sociológico. Em “Sobre a Televisão”, Pierre Bourdieu conceitua o campo social como

um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças (BOURDIEU, 1997, p. 57)

Expressa, assim, o campo social não como algo espacial, colocado sob limites, mas sim em um

universo de disputa. No entanto, há fatores definidores, estruturantes, para tal, já que “a objetividade do sentido do mundo se estabelece pela concordância das subjetividades estruturantes (senso = consenso)” (BOURDIEU, 1989, p. 8). E se o campo é um espaço estruturado de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de certos postos, percebe-se, de pronto, a similaridade com o conceito de luta de classes da teoria marxista. Diferentemente, porém, a estrutura de um campo social não está necessariamente atrelada a um materialismo e a um economicismo. Tal redução seria insuficiente para abarcar as mais variadas características de cada campo social e, se fosse assim, traria discussões dicotômicas para explicar atitudes muito mais complexificadas como são as tensões e lutas que se dão nas fronteiras, nas interseções e nos núcleos de cada campo social.

O pensamento denominado por Pierre Bourdieu como estruturalista-construtivista disserta sobre a formação dos campos sociais, com a noção de *habitus* e de capital simbólico. Na busca para mostrar como se manifesta o poder inscrito nos campos sociais e em suas relações, o autor “sustenta o compromisso de revelar as formas implícitas de dominação de classes nas sociedades capitalistas, defendendo a tese, segundo a qual, a classe dominante não domina completamente e não força seus dominados a se

conformarem com a dominação” (CAPELLE, MELO e BRITO, 2005).

Araújo, Alves e Cruz (2009), tomando como base os estudos de Bourdieu, consideram que todas as lutas inseridas em um campo social envolvem a distribuição e a posse de um capital específico, pois os que ocupam a posição de comando tentam administrar o *status quo*, enquanto os novatos ou aqueles que aspiram ao poder criam estratégias de luta e de acumulação do capital específico. Por seu lado, Bourdieu apropria-se do conceito de Althusser para explicar que um campo só se torna um aparelho quando cessam as lutas, ou seja, a resistência dos dominados reduz a zero e a luta pela constituição do espaço não mais existe.

A existência desse poder simbólico está vinculada à acumulação de capital simbólico que um determinado campo ou agente social possui. Este capital, no caso, não necessariamente se relaciona a uma perspectiva econômica e, por vezes, até se opõe a ela. O poder simbólico consiste, então, em um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 8).

Ou seja, na relação entre as partes, é necessário que haja, então, uma legitimação deste poder para que ele possa surtir efeito. Esta legitimidade exige uma outra concordância: a de que este poder exercido por

sistemas simbólicos e de comunicação e conhecimento para a construção da realidade se estabeleça dentro de uma concepção homogênea de tempo, espaço e causa concordantes entre os atores sociais.

Entre os dois autores, existem diferenças possíveis de serem identificadas. Uma das mais claramente distinguíveis é que, para Bourdieu, o poder está diretamente vinculado ao capital e ao *habitus*. É necessário, então, definir brevemente estes conceitos.

Por capital simbólico, entende-se todo o recurso que se manifesta em uma atividade social. Ele está ligado à capacidade de se acumular atributos determinantes para a prática do poder em um determinado campo social. Pode significar status, diplomas, reconhecimento, bem como renda, salário, patrimônio, ou conhecimento, expertise, a depender do que é exigido em determinada delimitação de tempo e espaço de acordo com os atores sociais envolvidos.

Por *habitus*, compreende-se as estruturas incorporadas pelos agentes de um determinado campo, um conhecimento adquirido e naturalizado na prática social de um microcosmo. Abrange além do indivíduo e, com este termo, o autor pretende superar a preponderância do subjetivismo ou do objetivismo nas ciências sociais e humanas.

O poder para Bourdieu está localizado em uma via de mão dupla entre agentes e estruturas, que sugerem

subjetividades e objetividades e geram novas relações constantemente. O caminho que o autor pratica para alcançar sua teoria busca entender, justamente, a interface entre estes dois elementos que estão na raiz da discussão sociológica desde o início dos estudos científicos. Ao equilibrar o peso de importância entre estrutura e agente, Pierre Bourdieu

busca explicar por que, na vida cotidiana, pessoas normais atuam de forma razoavelmente adequada às situações em que se encontram, independentemente das ideias loucas que frequentemente demonstram possuir acerca dessas situações: o seu sentido prático não presta atenção ao seu discurso (CALLEWAERT, 2003).

Desta forma, o autor respeita as lógicas diferentes e também antagonistas do agente e da estrutura, do discurso e da ação, afastando-se da ideia de que a ação social se reduz a significado.

Para Bourdieu (1989), os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante, na medida em que são também estruturados. Essa estruturação acontece em função da necessidade de integração social para um determinado consenso, que é hegemônico, de dominação. O que ocorre, então, se considerarmos o universo de um campo social, como o político, por exemplo, é que baseado no capital simbólico e no *habitus* dos integrantes, acontece uma relação de luta simbólica. Nela, diferentes classes estão envolvidas

e cada uma delas busca impor a definição do mundo social conforme seus interesses.

Os sistemas simbólicos se diferenciam de acordo com a instância de produção e recepção. Um campo conquista autonomia na medida em que um grupo especializado de produtores de discursos se desenvolve.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo (...) só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Desta forma, o poder simbólico é uma configuração transformada e legitimada de outros formatos de poder.

A microfísica e o poder disciplinar em Foucault

Segundo o autor, o poder nada mais é do que aquilo que resulta nas formas de relação entre indivíduos organizados por uma disciplina, mas enfatizando que esses sujeitos não são alheios ao processo e nem sempre são submissos a ele. Foucault buscou desvendar os efeitos que essas relações de poder trazem para a sociedade, afinal, o poder para ele se configura como

um conjunto de práticas sociais e discursos construídos historicamente para disciplinar o corpo e a mente dos indivíduos e de grupos sociais (CAPELLE, MELO, BRITO, 2005, p.360).

Weber (1995) já define o poder sob o aspecto de um conceito sociológico, como sendo a possibilidade de impor a própria vontade, em uma relação social, seja ela positiva ou negativa, com ou sem resistência. Segundo o autor, o poder controla e manipula os consentimentos dos seres humanos, e em qualquer situação, não conseguimos identificar seus limites, afinal, para Weber, Gerth, Mills (1965), “o fato de não conhecermos os limites desse poder, e de esperarmos que os tenha, não elimina a realidade de que em grande parte ele é hoje praticado com êxito sem a sanção da razão ou da consciência daqueles sobre os quais se exerce” (WEBER, GERTH, MILLS, 1965, p.25).

Apesar de encontrarmos na literatura vários outros autores que concentraram esforços para explicar o poder e suas consequências e influências, algumas teorias ganham destaque nesta forma de conceber o problema de análise. Um desses estudiosos é Michel Foucault, seja buscando entender a loucura, passando pelas privações criminais, até chegar aos conceitos e a importância relacionados ao discurso. Foucault (2014) buscou conhecer o indivíduo, suas relações e seus saberes, com o intuito de compreender a

própria sociedade, sua forma de funcionamento e estruturação.

Para delimitar o que significam essas relações, porém, é necessário o entendimento de como se configura o próprio poder para Foucault, principalmente pelo fato de que o autor acredita que, diferente do que vem às mentes quando se fala em poder, as relações de poder não são algo permanentemente negativo. Para tentar definir o poder conforme o pensamento do autor é preciso passar por várias instâncias e características e, ao mesmo tempo, percebê-lo em face de uma diversidade de entidades, grupos, prerrogativas, etc. Tudo o que se possa pensar que existe no ser humano é, nas concepções foucaultianas, pertencente de alguma forma a um poder.

Dessa maneira, o poder não é algo que se apresenta unitário e global, que podemos ver e demarcar, mas algo dispar, heterogêneo, em constante transformação, necessariamente oriundo de uma prática social constituída historicamente. Assim como para Bourdieu, o poder em Foucault é reflexo de trocas e de ação, contudo, enquanto o primeiro se dedica a tratar do poder muito mais através da política e da economia, o segundo amplia o estudo das relações, mas trata do poder de forma micro, pois estuda isoladamente os efeitos desse poder, seja na política, na economia ou na vida social (CAPELLE, MELO, BRITO, 2005, p.360).

A visão negativa sobre o que é o poder se dá pelas suas primeiras identificações na sociedade. O poder era entendido como uma instância do “não”, ou seja, da negação, regulação e até da punição, como se fosse um grande sujeito absoluto, este podendo ser real ou imaginário, dependendo da relação ali existente – ora positivado em leis, ora afirmado por costumes, e hábitos de comportamento, por exemplo. Neste ponto, o autor chega à conclusão de que do lado em que o poder é submetido, a tendência é que ele seja subjetivado para que, quando chegue ao outro lado, seja aceito afirmativamente ou negativamente. E isso acontece pela visão jurídica da própria sociedade, já que essa renúncia acontece pelos direitos naturais, contrato social ou amor ao senhor. “(...) um poder essencialmente negativo que supõe, de um lado, um soberano cujo papel é o de interditar, e de outro, um sujeito que deve, de uma certa maneira, dizer sim a essa interdição” (FOUCAULT, 2014, p. 247).

Essa situação ocorre porque, segundo Foucault (2014), ao longo da história legitimou-se regimes, sejam de matizes capitalistas ou socialistas, ou ainda de outras naturezas, que tiveram como característica principal o excesso de poder, sua concentração e seu emprego autoritário. Ou seja, em determinadas circunstâncias, o Estado acaba assumindo identidade preponderante nas relações de poder estabelecidas com a sociedade, onde,

através da burocracia, das leis e da própria economia, é obtida garantia de dominação dos indivíduos, legitimada por normativas constituídas. “O poder: imediatamente o que vem à mente das pessoas é o exército, a polícia, a justiça” (FOUCAULT, 2014, p. 231). E é por esta noção sobre o excesso de poder exercido que surge uma visão negativa a respeito do que é o poder, e as vezes sobre sua natureza e legitimidade. No entanto, é possível perceber pelos conceitos trabalhados pelo autor que o poder reflete trocas, sejam elas simétricas ou assimétricas. E essas trocas, que acontecem mais visivelmente na política, podem ser encontradas em todas as práticas sociais de uma comunidade, sendo determinadas por vários fatores.

Ao constatar que o poder não é apenas algo negativo na sociedade, Foucault (2014) explica que as relações de poder vão muito além das concepções elaboradas e entendidas até então. Em seus trabalhos, destaca que o poder, tal como é, não tem como ser exatamente identificado. O que o estudioso pode fazer, visando conseguir chegar ao seu destino teórico, é identificar as relações de poder que acontecem dentro do campo social porque, segundo ele, não existe nenhuma sociedade em que não haja relações de poder. Consequentemente, a noção de poder em Foucault abarca menos a dimensão

política, não podendo ser encontrada em apenas uma classe social ou governo que está atuando, mas circula a partir de uma rede de indivíduos, funcionando como uma cadeia e transitando em um por um até reunir-se no todo.

A partir daí é possível refletir que as relações de poder não significam essencialmente relações de sentido, e isso expressa a necessidade de pensar nos fatos, ocorrências, fenômenos sociais, analisando os detalhes contidos no processo, como por exemplo, na inteligibilidade das lutas, nas estratégias, nas táticas, etc. Com esse intuito Foucault procura identificar e caracterizar as relações de poder. Sua obra é esclarecedora ao indicar que quando essas relações são observadas podem ser notadas em qualquer hierarquia social, seja na família, na escola, no trabalho, nas mais diversas esferas da sociedade, e também no Estado.

Essa concepção de microfísica do poder é apontada por Foucault em vários dos seus registros de pesquisa, como *Vigiar e Punir*¹, onde o autor relaciona o poder com a prisão do corpo e a disciplina. Ou seja, quando o homem passa a ser dominado em seu próprio corpo, e quanto mais obediente for, mais útil será para quem está no poder ou em condições de exercê-lo. “A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos

1 O livro “Vigiar e punir: O nascimento da prisão” foi publicado em 1975 e busca compreender as conexões entre a prisão e a violência no âmbito das relações de poder.

econômicos de utilidade, ou de produção) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos por submeter à obediência)” (FOUCAULT, 2000, p. 119).

A disciplina, para o autor, é determinante nas ideias que instituem e permeiam o poder. Isso acontece porque é através dela que a sociedade funciona e se projeta. Segundo Foucault (2000), quando criamos disciplinas, ou instrumentos disciplinares, como filas, celas, escolas, normas de conduta, etc., criamos também espaços de fixação e circulação, que recortam segmentos individuais e criam relações entre os indivíduos. Assim, todos passam a agir de maneira similar, seguindo as disciplinas normatizadas. “A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (FOUCAULT, 2000, p. 126).

Mas as disciplinas não atuam sozinhas e podem criar resistências entre os indivíduos. Isto é, todos fazem parte de processos de objetivações que, conseqüentemente, estão dentro de várias redes de poderes. Quando essa rede de poder se articula com outra, há uma discussão sobre a própria estrutura social vigente. O Estado, dentro desta teoria, é mais uma das redes existentes, não podendo assim ser responsável por tudo o que acontece na sociedade.

Para Foucault (2014), a razão é que o Estado é um instrumento específico de um sistema de diversos poderes que são encontrados sob várias formas na sociedade, mas que são mais fortemente visualizados na instância estatal. Mas, ao contrário do que se poderia pensar, mesmo com a destruição do aparelho do Estado não seria possível destruir a rede de poderes que opera na sociedade.

Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de força de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo. Se é verdade que essas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas de alto pelos grandes poderes do Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura do Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. O que seria o poder de Estado, aquele que impõe, por exemplo, o serviço militar, se não houvesse, em torno de cada indivíduo, todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor – àquele que sabe, àquele que lhe enfiou na cabeça tal ou tal ideia? (FOUCAULT, 2014, p. 231).

Além disso, para bem compreender a sociedade, não é necessário observar unicamente as redes de poder que incluem o Estado. Ao contrário disto, é necessário avançar dentro da sociedade e observar como a estrutura social se relaciona com a estrutura mais geral do poder (Estado).

Trata-se de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar, captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam, e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (FOUCAULT, 2014, p.182)

Com essa reflexão, o autor mostra que, apesar de parecer essencial, o Estado não é a única fonte de relações de poder e a pesquisa e análise deve ser estendida para as outras e pequenas relações, pois, segundo Foucault (2014), o Estado está longe de ser capaz de ocupar todo o campo do poder e só pode operar com base em outras relações de poder já existentes. Isso significa que o Estado nada mais é que uma superestrutura em relação a todas as outras redes estruturais de poder, identificadas pelo corpo, sexualidade, família, conhecimento e também os sistemas de comunicação, entre outras.

Neste sentido, pode-se concluir que o poder não está em nenhum ponto específico da sociedade e de sua estrutura, mas funciona como uma rede de cujas malhas dificilmente se escapa. Também por esse aspecto o poder não se apresenta como algo palpável, uma propriedade, mas sim como práticas incorporadas, exercidas como maquinarias sociais. Qualquer luta que desafie essa conformação é considerada por Foucault

como uma resistência contra a rede de poder, e esta não é uma relação unilateral, com vencedores e perdedores, mas reafirmadora e muitas vezes legitimadora de funções básicas de toda a estrutura social.

Qualquer relação de poder é algo que produz saber, segundo Foucault, pois elas são, antes de tudo, produtivas (FOUCAULT, 2014, p. 354). Não somos determinados por essas relações; como dito acima, podemos ser resistentes a ela, à medida que possamos modificar as relações, mas para tanto é necessário ter e seguir uma estratégia. Nas palavras do autor:

O interessante da análise é justamente sugerir que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível. Daí a importante e polêmica ideia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que detêm o poder e de outro os que se encontram alijados dele. Rigorosamente falando, o poder não existe, existem práticas ou relações de poder. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social (FOUCAULT, 2014, p. 17 e 18).

Aporte teórico dos autores e a utilização prática na comunicação e na política

Para Foucault (2014), a verdade é centrada em forma de discursos que diversas instituições produzem.

Esses conteúdos são submetidos a uma constante incitação política e econômica, passando por vários tipos de difusão e de consumo –podem circular em diversos dispositivos de educação ou informação –, para então, serem produzidos e transmitidos sob um controle, que não é exclusivo, mas é dominante, de alguns aparelhos políticos e econômicos, como forças armadas, meios de comunicação, escolas, igrejas, etc. Assim, a verdade se torna objeto de debate político e de confronto social (FOUCAULT, 2014, p.52).

O que Foucault propõe é que se pesquise a política em termos da verdade e do poder. Para ele essa questão deve levar em conta a verdade, pois é ela que está ligada aos sistemas e às relações de poder. “O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade” (FOUCAULT, 2014, p.54).

Essa visão, em sentido amplo, permite considerar que os meios de comunicação servem como propagadores de verdades produzidas e transmitidas na sociedade e para a sociedade. No entanto a mídia não constitui formas exclusivas de divulgação, apesar disso é necessário observar que os meios de comunicação ainda são os instrumentos mais utilizados para se obter informação, principalmente no Brasil. Um exemplo disto é uma pesquisa realizada pela Teleco Brasil (2012)

em que a televisão aparece como o meio de informação mais utilizado pelo brasileiro, presente em quase 97% dos domicílios do país. Em segundo lugar na lista está o rádio, com presença em 83% dos lares e depois a internet, com 36,5%.

Os componentes midiáticos assumem a função de propagadores das “verdades” na sociedade. Assim também exercem sua parcela de poder dentro da rede estabelecida e que integra todos os elementos estruturais da sociedade contemporânea. Com os pressupostos e concepções de Foucault é possível, mesmo que parcialmente, compreender melhor como a mídia funciona dentro do sistema social vigente.

Para Bourdieu, visto como um microcosmo, o campo político é percebido como um pequeno mundo social relativamente autônomo dentro de um grande mundo social. “Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular” (2011, p. 199).

O sociólogo não nega a necessidade de entender para além das fronteiras do campo, isto é, para compreender o que faz um político, é evidente que se precisa buscar saber qual é sua base eleitoral, sua origem social, sua trajetória pessoal. Porém, não é possível esquecer de pesquisar a posição que ele ocupa

no microcosmo e que explica boa parte de suas ações. É necessário, ao caracterizar o campo político, desenhar o funcionamento das dinâmicas existentes na disputa de poder e capital simbólico no interior deste campo e, tão importante quanto, perceber a estreita ligação existente nas fronteiras dele com outro campo social de nosso interesse: o midiático.

A condição de vida em sociedade torna a existência humana em inevitável coexistência. O compartilhamento de espaço faz com que haja também a busca por objetivos iguais e a participação em atividades semelhantes. Assim, a coexistência cria cooperação e concorrência, e o mundo social transforma-se num universo político “construído num agora, um espaço de encontro, de discussão e de resolução de questões coletivas” (FERNANDES, 2006, p. 41).

Para definir o campo, é necessário pontuar algumas delimitações. O campo político não se identifica com o campo do poder, nem com o espaço social, muito menos com o campo do Estado. O campo do poder é um espaço de relações de força entre os agentes detentores de diferentes espécies de capital simbólico que constituem o campo correspondente a ele e cujas lutas se intensificam quando é questionado o valor relativo destes capitais. Já o Estado é algo que se diferencia tanto do campo político quanto do poder, que é inapreensível. Evidentemente, o Estado é um

espaço de centralidade, onde se travam lutas em torno de seu poder, seus recursos econômicos e políticos que permitem exercer poder sobre outros jogos e regras. “A noção de Estado somente tem sentido para designar relações objetivas entre os diversos tipos de relações de poder inscritas em redes mais alargadas e mais ou menos estáveis” (FERNANDES, 2006, p. 75-76). Ou seja, o poder sobre o Estado é um dos objetos dos integrantes do campo político.

Outra possibilidade, é o emprego das premissas que levam em conta o conceito de microfísica do poder e os efeitos produzidos por esse próprio poder. Segundo Foucault (2014) é necessário que possamos observar que, em cada decisão ou acontecimento político, comunicacional, ou de relações sociais, existe um tratado onde pode ou não existir relação de força, mas o qual é sempre permeado pelas relações de poder. Quando uma decisão é tomada, em qualquer instância, há sempre um poder confiscado ao outro.

Em cada ação ou ato social estão presentes as relações de poder, que se alternam segundo circunstâncias, situações, fatos, contextos, conjunturas, fazendo com que se torne difícil balizar a detenção do poder, seu local e forma de exercício. Entretanto a premissa de que onde há poder ele é exercido se aplica com base na teoria de Foucault, contribuindo também para compreender melhor os fenômenos específicos

oriundos dos campos da comunicação e da política. Seja na prática da produção de comunicação midiática, seja no que é circunscrito pela política em geral e não somente no perímetro dos governos, é possível valer-se de Foucault como instrumento útil, se bem que não único de fundamentos aplicados a objetos empíricos.

Há investimentos de desejo que modelam o poder e o difundem, e que fazem com que o poder exista tanto no nível do tira quanto do primeiro-ministro e que não haja diferença de natureza entre o poder que exerce um reles tira e o poder que exerce um ministro (FOUCAULT, 2014, p. 140).

Na produção jornalística, por exemplo, diversos profissionais exercem suas parcelas de poder, definindo pautas (assuntos/temas de “relevância”) escolhendo enfoques, fontes, abordagens, ângulos, etc. Também as relações de poder estabelecidas entre os próprios profissionais (hierarquia), os empresários da mídia, anunciantes, políticos, governos e instituições públicas ou privadas (igrejas, ONGs, associações, sindicatos, etc.) estão presentes no processo de elaboração e difusão dos produtos jornalísticos/midiáticos. Todo esse processo pode ser estudado e compreendido mediante a aplicação dos conhecimentos e saberes de estudiosos como Foucault e Bourdieu.

A difusão das “verdades”, mesmo feita em alta escala pela mídia, não se restringe a ela, pois a

população não é inerte ao sistema. O povo, em geral, não necessita apenas dos propagadores de verdade para saber, se informar, adquirir conhecimento, mas ao mesmo tempo há um sistema de poder que de certa forma invalida o discurso popular, dificultando sua multiplicação.

De outro modo, possuir capital político significa possuir capital de reputação, de notoriedade, de ser reconhecido e ter condições de fazer ver e fazer crer de uma maneira ou de outra, que é o que está em disputa no jogo político (BOURDIEU, 2011). Quanto mais capital, mais poder simbólico. Desta forma, surgem valores fundamentais para apontar o importante papel que desempenham os dispositivos midiáticos. Falamos, em especial, da televisão, que tornou possível o reconhecimento de agentes políticos que, antes, só eram conhecidos em limitados espaços sociais. Além disso, Bourdieu (2011) aponta para outra transformação da política ocorrida nas últimas décadas:

(...) agentes que podiam considerar-se, ou ser considerados, como espectadores do campo político, tornaram-se agentes em primeira pessoa. Quero referir-me aos jornalistas e, especialmente, aos jornalistas de televisão (...). Para descrever o campo político atualmente, é preciso incluir essas categorias de agentes, pela simples razão de que eles produzem efeitos nesse campo (BOURDIEU, 2011, p. 201)

Isto torna necessário aos integrantes do campo político a constante relação com jornalistas, já que para acessar o espaço público é preciso usar os jornais, aparecer na televisão, participar de debates, escrever livros. Os meios de comunicação geram outro efeito sobre o campo político: consagram profissionais da política através da sua exposição pública. “Contribuem para determinar a importância das questões políticas, através dos seus *gatekeepers*, do mesmo modo que controlam, na sua medida, o próprio acesso ao campo político” (FERNANDES, 2006, p. 79).

Bourdieu não se dedica a estudar o campo midiático aprofundadamente. As bases de seus estudos sobre os campos sociais seriam exploradas por outros autores para caracterizar o funcionamento do campo midiático, seus capitais, suas formas de dominação e de legitimação. Aliás, a legitimidade é um fator importante no trabalho de Bourdieu, que está intimamente ligado ao poder simbólico.

Quando outros autores, como Rodrigues (1999) e Esteves (1998), se dedicam a estudar o campo midiático, compreendem, em outras palavras, que o poder simbólico está na capacidade de publicização das ações de outros campos sociais. Como um campo central na mediação de conflitos, a legitimidade do campo midiático é de natureza vicária, ou seja,

depende do reconhecimento despendido pelos demais campos sociais com os quais se relacionam. O poder simbólico do campo, então, é valorizado, pois colabora na estruturação do discurso hegemônico dos outros campos sociais.

Mais recentemente, novos estudos desenvolvidos a partir do conceito de capital simbólico de Bourdieu, como o de Hepp (2014), quando afirma que, com a naturalização da absorção das lógicas midiáticas no funcionamento dos demais campos sociais, fenômeno comumente chamado de “mídiação da sociedade”, há a produção de um “metacapital”. Este termo sintetiza, no caso do campo político, por exemplo, a importância de os agentes integrantes do corpo social do campo trabalharem formatos midiáticos em favor de suas próprias atuações como um fator de acumulação de capital e de poder simbólico. Torna-se, desta forma, um capital dentro de outro capital sem o qual perde-se capacidade de regular a legitimidade de seus discursos.

Para traçar um panorama mais amplo a respeito dessas e de outras questões inerentes às áreas da comunicação e da política é que as pesquisas que levem em conta as relações de poder, com suporte teórico dos dois autores, podem ajudar a clarificar horizontes e indicar caminhos.

Referências

- ARAÚJO, F. M. D. B.; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. *Perspectivas da Ciência e Tecnologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 31-40, Janeiro-Junho 2009.
- BOURDIEU, P. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 193-216, Janeiro-Julho 2011.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CALLEWAERT, G. Bourdieu, crítico de Foucault. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 19, p. 131-170. 2003.
- CAPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de O. L.; BRITO, M. J. *Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: Uma proposta de articulação teórica para a análise das organizações*. 2005.
- ESTEVES, J. P. *A ética da comunicação e os media modernos: Legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998.
- FERNANDES, A. T. O campo político. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Sociologia*, Porto, v. 16, n. Série I, p. 41-85, 2006.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Ed. Paz e Terra, 28ª edição, São Paulo, 2014.
- _____. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.
- HEPP, A. As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da mediação na era da “mediação de tudo”. *Matrizes*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 45-64, Janeiro-Junho 2014.
- RODRIGUES, A. D. *Experiência, Modernidade e Campo dos Media*, Lisboa, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>. Acesso em: Maio 2011.
- TELECO BRASIL. *O Desempenho do Setor de Telecomunicações no Brasil – Séries Temporais*, preparado pelo Teleco para a Telebrasil. 2011. Disponível em < <http://www.teleco.com.br/estatis.asp>>